

Negociações civilizadas sobre a dívida externa

6 OUT 1987
JORNAL DA TARDE

Após sete meses de contínua deterioração, provocada pela estúpida agressividade dos antecessores de Bresser Pereira, as relações entre o Brasil e os bancos credores começam finalmente a melhorar. Vai demorar muito para que se chegue a algum tipo de acordo, mas o que era importante acontecer nesta fase aconteceu com a volta de ambas as partes a uma negociação civilizada, da qual seguramente sairão novos caminhos ou idéias matrizes para resolver gradualmente esse complexo problema da dívida externa. O País apresentou uma proposta, os banqueiros do comitê assessor responderam e tudo vai-se passando de modo a gerar uma expectativa otimista, pois quem se dispõe a negociar por definição está disposto a ceder em alguns pontos.

Os contatos mantidos pelo ministro Bresser Pereira (antes e durante a reunião do FMI-Bird) com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III; o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus; o presidente do Bird, Barber Conable, e outras altas autoridades dos países industrializados mostraram que existe espaço para aceitação de um conjunto de novas idéias ou abordagens para a questão da dívida, porém ficou claro que essas soluções inovadoras demandarão alguns anos e não deverão ser olvidadas, a não ser marginalmente, nas negociações que o Brasil está iniciando com os bancos comerciais.

Na qualidade de dirigentes de empresas que devem prestar contas a seus acionistas e depositantes, os banqueiros estão fazendo o possível para convencer o Brasil a reiniciar, ainda que de forma simbólica (token payment), o pagamento dos juros atrasados. Um gesto desse tipo seria o ponto de partida para aumentar a dose de boa vontade dos credores nessa fase inicial das negociações. Os bancos também querem debater diversos aspectos do Plano de Controle Macroeconômico do ministro Bresser Pereira, com especial ênfase nas projeções sobre o balanço de pagamentos e a necessidade de novos recursos.

Outro aspecto da maior relevância diz respeito à origem dos recursos que atenderão as necessidades brasileiras de financiamento para os juros já vencidos (saída da moratória) e para o serviço da dívida nos anos de 1988 e 1989. Os bancos querem definir quanto o País obterá do Bird e do próprio FMI, além dos bancos oficiais dos países do Clube de Paris, para definir a sua participação no "pacote brasileiro". Há interesse ainda pela conversão de débitos em investimentos de risco (esta é a solução declaradamente preferida pelos credores) e pelos chamados exit bonds (bônus de saída), inicialmente concebidos para oferecer uma alternativa aos pequenos bancos que não mais desejarem permanecer como credores do Brasil.

É evidente que as limitações políticas impostas por meia dúzia de radicais do PMDB, que não têm a menor idéia das realidades do mundo financeiro internacional, a um acordo com o FMI, estão atrapalhando, e muito, o processo de negociação com os bancos. É sabido que nosso país será forçado a fazer um acordo com o FMI para renegociar a dívida contraída junto aos bancos oficiais dos países do Clube de Paris, mas, para evitar a cobrança ou o patrulhamento ideológico de seus companheiros radicais do PMDB, o ministro da Fazenda ainda fala em ir ao Fundo apenas depois de um entendimento com os bancos comerciais.

Para os bancos, a reaproximação entre o Brasil e o FMI abriria caminho para um acordo mais amplo sobre a dívida, que poderia até conter algumas das sugestões inovadoras do ministro Bresser Pereira, mas isso dependeria do desempenho de nossa economia, o que significa a presença do FMI. Os bancos não excluem a possibilidade de um acordo provisório, a partir do pagamento simbólico de parte dos juros vencidos desde 20 de fevereiro deste ano, como forma de contornar os obstáculos da presente situação política interna, que torna o governo Sarney extremamente vulnerável quando se trata de assumir compromissos de médio e longo prazo. Seria no mínimo ingenuidade esperar que os banqueiros estrangeiros demonstrassem uma confiança no amanhã do Brasil que nenhum brasileiro demonstra...

Mas o essencial é que o interesse num acordo existe em ambos os lados. O Brasil está pagando mais caro pelas linhas de crédito de curto prazo, no valor de US\$ 15 bilhões, que são essenciais para o nosso comércio internacional e para o funcionamento das agências dos bancos brasileiros no Exterior. Muitos bancos reduziram os recursos dessas linhas e ninguém pensa em aumentá-los se não houver acordo. Do lado dos bancos, por sua vez, o principal problema é a falta de recebimento dos juros, que poderá obrigá-los a contabilizar perdas elevadíssimas, como ocorreu com os bancos japoneses no dia 30 de setembro e poderá ocorrer com os bancos dos EUA no próximo dia 26, caso as negociações não impeçam o rebaixamento dos créditos concedidos ao Brasil para a categoria de valor prejudicado (value impaired).

Quanto às "idéias inovadoras" de Bresser Pereira (a securitização da dívida), a serem abordadas, como dissemos, "marginalmente", antes de aceitá-las os bancos gostariam de contar com o aval de uma instituição como o Bird, que deverá ter seu capital aumentado. Os banqueiros desejariam também que o Bird passasse a fazer empréstimos estruturais aos países endividados, depois dessa elevação de capital. E existe, como pano de fundo, um leque de novas possibilidades abrigadas no novo Plano Baker, que incorpora uma série de opções, das quais a mais atraente para os bancos é a conversão da dívida em capital de risco, principalmente no caso de países como o Brasil, onde há ilimitadas possibilidades de investimentos.

Enfim, apesar das dificuldades, que são principalmente de natureza política no plano interno, a questão da dívida externa parece estar sendo encaminhada de forma racional. Isso é o que importa e deve ser levado em consideração no momento em que o Plano Bresser entra num período de turbulência e as pressões inflacionárias começam a ficar mais fortes. Pelo menos do lado das negociações com os credores os sinais são favoráveis, tudo indicando que logo este problema deixará a lista de incertezas que pesam sobre nossa economia.

6 OUT 1987
JORNAL DA TARDE